

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 191, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023. Estabelece, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, diretrizes quanto aos procedimentos administrativos necessários à concessão, aplicação e prestação de contas das despesas miúdas de pronto pagamento.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso III, 1º do art 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto Estadual nº 47.795 de 2019 e, tendo em vista o disposto nos artigos 24 e 25 do Decreto Estadual nº 37.924 de 1996 e na PORTARIA SCCG N.º 297, de 13 de junho de 1996;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar as normas e procedimentos relativos à concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos do regime de adiantamento no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP;

RESOLVE:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O regime especial de adiantamento consiste na entrega de numerário a servidor, previamente credenciado pelo Ordenador de Despesas, sempre precedido de empenho na dotação própria, para o fim de realizar pequenas despesas de pronto pagamento que, por sua natureza ou urgência, não possam proceder com processo normal de compra.

§ 1º O regime de adiantamento é permitido para despesas específicas, tais como de combustíveis e lubrificantes para veículo em viagem, reparos de veículos em viagem, transporte urbano em viagem, despesas miúdas, diligências policiais e insumos para atividades de inteligência de caráter reservado e eventuais de gabinete, observando os limites estabelecidos para cada adiantamento, conforme ofício aprovado anualmente pela SEPLAG.

§ 2º As despesas de combustíveis e lubrificantes para veículo em viagem somente são permitidas no regime de adiantamento, no caso de ausência contratual.

Art. 2º - Para o disposto nessa resolução, consideram-se as seguintes definições:

I - Servidor Credenciado: servidor autorizado pelo Ordenador de Despesas a receber e aplicar os valores referentes à verba de pronto pagamento paga pela SEJUSP, devendo prestar contas no prazo estabelecido, realizar a solicitação conforme informações constantes e requeridas no sistema e realizar correções nos dados bancários quando a ordem de pagamento - OP - for rejeitada;

II - Autoridade Solicitante: servidor chefe imediato formal do Servidor Credenciado, cuja função é verificar e assinar a solicitação antes de ser efetivamente encaminhada ao Gestor Orçamentário;

III - Gestor Orçamentário e financeiro: servidor responsável pela conferência e solicitação de descentralização de cota orçamentária para a Diretoria de Planejamento e Orçamento – DPO, bem como pela realização do registro do empenho e da liquidação;

IV - Analista financeiro: servidor responsável pela análise financeira da solicitação, conferência de valor, dotação orçamentária e competência da liquidação, validando por meio de assinatura, para o registro da ordem de pagamento (OP);

V - Ordenador de Despesas: servidor nomeado para ordenar as etapas de execução de despesa da pasta que lhe compete conforme estrutura da SEJUSP. Será responsável por assinar a autorização do Gestor Orçamentário, o empenho, a liquidação, a ordem de pagamento e a aprovação da prestação de contas;

VI - Analista Conferente Contábil: servidor da Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, responsável pela conferência da ordem de pagamento, análise da prestação de contas, realização das baixas contábeis (Documento de Arrecadação Estadual - DAE e Prestação de Contas), emissão de parecer referente à análise da prestação de contas, subsidiando o Ordenador de Despesas na aprovação ou não da prestação de contas;

VII - Analista Pagador: servidor da DCF responsável pelo registro da OP no Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais – SIAFI-MG - e preenchimento do nº da OP gerada no sistema.

§ 1º - Caso o servidor credenciado esteja afastado (por motivo de férias, licença saúde, entre outros), o credenciamento do novo servidor será efetuado pelo Ordenador de Despesas junto à Diretoria de Contabilidade e Finanças e a solicitação de cadastro no sistema ocorrerá após este procedimento.

§ 2º - Na ausência do credenciado, (por motivo de férias, licença saúde, entre outros), após realizada a solicitação e recebimento do recurso em conta informada por este, a autoridade solicitante que deverá prestar contas da solicitação no prazo estabelecido.

Art. 3º - Consideram-se Despesas Miúdas, para efeito desta Resolução, toda e qualquer despesa de adiantamento para atendimento às eventuais aquisições de materiais e contratações de serviços de pequeno vulto de necessidade imediata, sempre acompanhadas da devida justificativa de sua necessidade, sendo reconhecidas e aprovadas pelo Ordenador de Despesas e que não possam aguardar o processamento normal de compra, sendo indispensáveis ao pronto desempenho funcional do Órgão, divididas nas seguintes modalidades:

I - Despesa miúda de pronto pagamento administrativa: destinada ao atendimento de demandas urgentes e inadieváveis das unidades administrativas no âmbito da SEJUSP;

II. Despesa miúda de pronto pagamento produção: para atendimento de demandas urgentes das oficinas produtivas das unidades prisionais e socioeducativas;

III - Despesa miúda de pronto pagamento gerador: destinada, exclusivamente, para compra de lubrificantes para os geradores das unidades prisionais e socioeducativas.

Parágrafo único. A despesa miúda do tipo gerador, somente será utilizada para compra de óleo combustível quando não for possível a execução do contrato celebrado pela Sejusp.

Art. 4º - Os Diretores Regionais de Administração Prisional podem utilizar a verba de despesa miúda pertinente à sua regional para atendimento de demandas relacionadas às unidades prisionais pertencentes a sua circunscrição.

#### DA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO DE CONCESSÃO

Art. 5º - O credenciamento do servidor ao recebimento do adiantamento será efetuado pelo Ordenador de Despesas junto à Diretoria de Contabilidade e Finanças, via memorando, através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, desde que devidamente requisitado pela autoridade solicitante.

§ 1º Cada Unidade poderá ter um credenciado habilitado para cada tipo de despesa (administrativa, gerador e produção), logo, poderá ter até três servidores credenciados, ou um credenciado que poderá receber até duas verbas de despesas de tipos distintos. Nesta situação, as unidades que recebem os três tipos de verbas deverão ter ao menos dois servidores credenciados.

§ 2º Não será concedida despesa miúda a credenciado em atraso na prestação de contas de adiantamento anterior. Tal vedação abarca a unidade de exercício, não sendo possível indicar terceira pessoa para tal recebimento.

§ 3º Qualquer alteração de credenciado deverá ser solicitada ao Ordenador de Despesas, que informará à Diretoria de Contabilidade e Finanças.

Art. 6º - A solicitação quanto à prestação de contas será tramitada pelo Sistema de Controle de Despesas Miúdas de Minas Gerais – SCDM-MG, sistema destinado ao gerenciamento de solicitações, prestação de contas e controle de Despesas Miúdas de Pronto Pagamento, sendo que sua utilização será de forma conjunta com o Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais – SIAFI-MG.

Art. 7º - A solicitação de cadastro dos usuários no Sistema será realizada pela chefia imediata via memorando, através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, contendo nome, Masp, CPF, e-mail institucional e função a ser desempenhada.

§ 1º O login de acesso será o CPF e a senha será encaminhada para o e-mail cadastrado no Sistema.

§ 2º E de responsabilidade do titular da assinatura eletrônica o sigilo de login e senha de acesso para utilização do Sistema, sendo de uso pessoal e intransferível.

#### VEDAÇÕES

Art. 8º - Não se fará adiantamento a servidor:

I - Que já estiver responsável por dois adiantamentos;

II - Que não prestou contas no prazo regulamentar;

III - Que não esteja em efetivo exercício e/ou que esteja afastado do serviço, seja qual for o motivo, dentro do prazo de comprovação do adiantamento; e

IV - Que esteja inscrito em “Diversos Responsáveis” ou “Diversos Responsáveis em Apuração”.

Art. 9º - Não será feito adiantamento para:

I - Atender despesas já realizadas; e

II - Complementar despesas já adiantadas.

Art. 10 - A efetiva entrega do numerário ao servidor implica a responsabilidade pessoal pela correta aplicação dos recursos e a respectiva prestação de contas, na forma e prazo previstos nesta Resolução.

§ 1º Não será permitida a utilização da verba para pagamento de nenhuma taxa relativa a abertura e manutenção de contas.

§ 2º Caso o responsável pelo adiantamento encontre-se impedido de prosseguir com a aplicação, esta será interrompida e caberá à autoridade solicitante promover a comprovação do adiantamento e/ou devolução do recurso.

#### DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 11 - A aplicação dos recursos ocorrerá de acordo com a modalidade solicitada, conforme art. 3º desta Resolução, podendo ser para:

I - Aquisição de material de consumo;

II - Contratação de serviços de pequeno vulto;

III - Excepcionalmente taxas, em que o Órgão não possui isenção de pagamento.

Parágrafo único - A aquisição de materiais, peças e ou prestação de serviços somente será feita para manutenção de bens próprios da SEJUSP.

Art. 12 - Toda e qualquer aquisição e/ou contratação deverá ser consultada sua disponibilidade junto às suas respectivas áreas responsáveis, quais sejam:

I - Centro de Distribuição da SEJUSP quando se tratar de material de consumo;

II - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação quando se tratar de materiais e serviços de tecnologia da informação e telecomunicação;

III - Demais Diretorias responsáveis pela gestão dos contratos de acordo com sua respectiva competência.

Art. 13 - Só poderá ser efetuada a compra de material ou contratação do serviço de empresa legalmente habilitada e que emita regularmente documento fiscal eletrônico ou, se o serviço for prestado por pessoa física, esta deverá providenciar junto ao Fisco Municipal documento fiscal avulso ou Recibo de Pagamento Autônomo - RPA.

Parágrafo único. Em relação ao Recibo de Pagamento Autônomo - RPA, o tomador deverá realizar a retenção na fonte do INSS na alíquota de 11%, do IRRF conforme tabela vigente e do ISSQN conforme legislação do município e prestar informação para o Instituto de Seguro Social através do GFIP.

Art. 14 - O prazo de aplicação do adiantamento é de até 30 (trinta) dias corridos a partir da data do acatamento do pagamento pelo banco.

Art. 15 - Os gastos com os recursos do adiantamento devem ser iniciados após o efetivo recebimento do numerário pelo responsável.

Parágrafo único. Qualquer pagamento realizado fora do período de aplicação autorizado implicará automaticamente no encaminhamento para procedimento administrativo cabível.

Art. 16 - A aplicação da verba não poderá ser adversa daquela especificada no ato da solicitação e concessão, tendo em vista a dotação orçamentária própria, constituindo desvio de finalidade a sua aplicação em desacordo com o detalhamento da destinação do recurso.

§ 1º - O desvio de finalidade resultará na devolução total do recurso e encaminhamento para procedimento administrativo cabível.

§ 2º - Situações pontuais de mudanças da destinação do recurso devem ser informadas na prestação de contas, com justificativa embasada e documentos comprobatórios, assim como os novos documentos de negativa dos setores responsáveis quanto à indisponibilidade de materiais e/ou serviços.

Art. 17 - Fica vedada a utilização dos recursos de adiantamento de pronto pagamento para:

I - Aquisição de material permanente ou outro item patrimonial classificado como despesa de capital;

II - Aquisição de material ou serviço que tenha caráter de continuidade;

III - Aquisição de bens ou serviços para os quais existam contratos de fornecimento;

IV - Aquisição de bens ou serviços para pagamento parcelado, utilizando-se, para tanto, mais de um adiantamento de pronto pagamento;

V - Fracionamento do valor real da despesa, utilizando-se, para tanto, a emissão de vários documentos fiscais cobrando a mesma operação;

VI - Realização de obras civis ou reformas em instalações, com exceção de pequenos reparos e manutenções;

VII - Aquisição de materiais para estoque;

VIII - Compra de mantimentos e/ou materiais para festas, comemorações e/ou homenagens, a compra de presentes;

IX - Contratação de serviços de terceiros em caráter permanente;

X - Aquisição de materiais caracterizados como uso pessoal;

XI - Compra de medicamentos.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, mediante autorização do ordenador de despesas, será permitido contratar serviços pelo período de um mês, até que a SEJUSP tramite um contrato emergencial. A prerrogativa deve-se ao fato de se tratar de despesas que não podem se submeter ao processo normal de pagamento.

Art. 18 - Na necessidade de utilização de verba para as despesas que não se enquadram no Art.11 e nas vedações expressas no Artigo 17 da aplicação do recurso, deverá ser realizada consulta junto ao Ordenador de Despesas da área, da viabilidade de utilização da verba para determinado fim e autorização por memorando do Ordenador de Despesas.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 19 - Ficam estabelecidos os prazos máximos de 30 (trinta) dias corridos para a aplicação dos adiantamentos e de 10 (dez) dias corridos para sua comprovação, contados da data do crédito em conta do credenciado.

Parágrafo único - Se o agente responsável pelo adiantamento não prestar contas de sua aplicação no prazo fixado ou não prestar contas, implicará no encaminhamento para procedimento administrativo cabível.

Art. 20 - A prestação de contas integrará o respectivo processo de concessão com os seguintes documentos:

I - Documento de negativa dos setores responsáveis quanto a indisponibilidade de materiais e/ou serviços, assim como explicitado no Artigo 12:

a) o documento deverá ser anexado em formato “pdf” no Sistema;

b) Não serão aprovadas prestação de contas sem as devidas negativas, implicando na devolução do recurso.

II - 3 (três) orçamentos da aquisição do material e/ou serviço:

a) - A realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, deverá ter data anterior à compra e conter os dados da empresa;

b) - descrição do objeto, valor unitário e total;

c) - número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

d) - endereço e telefone de contato;

e) - data de emissão (art. 5º, § 2º, inc. II, da IN 73/2020)

f) - Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três orçamentos, desde que devidamente justificado nos autos pelo gestor responsável e aprovado pelo ordenador de despesas.

g) - Em caso de não aprovação implicará no encaminhamento para procedimento administrativo cabível.

III - Notas fiscais eletrônicas:

a) em nome da SEJUSP;

b) com discriminação clara do serviço prestado ou do material fornecido, não se admitindo generalizações ou abreviaturas que impossibilitem o conhecimento exato das despesas realizadas;

c) com a data da emissão;

d) atestada por 02 servidores, via SEI, onde se deverá gerar o PDF do documento de ateste, para anexar o arquivo no Sistema;

e) com isenção de ICMS, exceto para empresas mineiras optantes pelo regime do Simples Nacional, Microempresa; caso o fornecedor não seja optante pelo SIMPLES, ele deverá conceder o desconto do ICMS e informar nos dados adicionais o seguinte texto: “Isenta de ICMS - item 136 da parte I do Anexo I do RICMS. Valor com ICMS R\$xxx,xx ICMS dispensado R\$xxx,xx”;

IV - Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços:

a) Para os serviços tomados em Belo Horizonte, o imposto sobre serviço de qualquer natureza – ISSQN deverá ser retido na fonte, conforme Lei nº 8.725 de 30/12/2003 art. 20. Dessa forma, assim que a nota fiscal for emitida, a mesma deverá ser encaminhada para o e-mail: contabilidade@seguranca.mg.gov.br, que irá providenciar a emissão da guia e encaminhará para o solicitante realizar o pagamento com o valor disponibilizado em pronto pagamento, de forma a evitar, que o imposto seja pago fora da data de vencimento junto ao município.

b) Micro Empreendedor Individual - MEI - a retenção do ISSQN não se aplica, conforme Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 art.21 § 4º inciso IV.

c) Para os serviços tomados fora de Belo Horizonte, as notas fiscais deverão ser encaminhadas para o e-mail contabilidade@seguranca.mg.gov.br, para a verificação da legislação vigente, bem como a obrigação da retenção do ISSQN.

d) Para casos de realização de pagamento da Nota Fiscal para o prestador em inobservância a retenção do ISSQN, o credenciado deverá arcar com o pagamento do ISSQN.

e) Recibo de Pagamento de Autônomo - RPA - O tomador deverá realizar a retenção na fonte do INSS na alíquota de 11%, do IRRF na alíquota conforme tabela vigente e do ISSQN conforme legislação do município e prestar a informação para o Instituto Nacional do Seguro Social através da GFIP.

V - Justificativa fundamentada da aplicação do recurso, caracterizando a urgência e emergência do gasto efetuado, que no caso de adiantamento para realização de “pequenos reparos e manutenções”, seja apresentado um relatório detalhado, comprovando a real necessidade dessa, contendo quem realizou a mão de obra (no caso de IPL), os gastos com material, e apêndice fotográfico (com fotos do antes, durante e depois).

VI – Documento de Arrecadação Estadual de recolhimento do saldo, se for o caso.

Parágrafo único. Os documentos não poderão conter rasuras, emendas, borrões e valor ilegível.

Art. 21 - A Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF - examinará os documentos de despesas, emitindo manifestação pela:

I. Aprovação;

II. Correção; e ou

III. Rejeição.

Parágrafo único - Existindo qualquer irregularidade na prestação de contas apresentada, a prestação de contas retornará à unidade de origem para regularização e terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para satisfazer a exigência, apresentar justificativas ou devolver a importância devida.

Art. 22 A prestação de contas depois de devidamente analisada pela Diretoria de Contabilidade será encaminhada ao Ordenador de Despesas, que emitirá manifestação quanto:

I. Aprovação;

II. Devolução para adequação e/ou correção em caso de irregularidades formais;

III. Encaminhamento para procedimento administrativo em caso de descumprimento de normas desta Resolução;

IV. Impugnação com ressarcimento ao erário.

§ 1º Constatado desvio de finalidade na aplicação da verba de pronto pagamento, as prestações de contas não serão aprovadas implicando na devolução total do recurso especificado.

§ 2º A não correção, não devolução dos recursos e/ou qualquer descumprimento das normas estabelecidas nesta resolução, implicará no encaminhamento para Núcleo de Correição Administrativa – NUCAD, para imediatas providências administrativas apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis.

Art. 23 A prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que resulte em danos ao órgão, bem como a recusa à intimação para prestação de contas, formulada pelo Ordenador de Despesas, poderá ensejar instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo único - O processo de tomada de contas especial será instaurado depois de esgotadas as providências administrativas, sem que ocorra a regularização da situação ou a reparação do dano, observados os prazos legais.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 O uso e a aplicação do Sistema de Controle de Despesas Miúdas de Minas Gerais - SCDM-MG - no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais – SEJUSP/ MG, substituirá a utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI-MG, exceto nas situações previstas nos Artigos 5º, 7º e 20º, inciso III, alínea d, § 1º.

Art. 25 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2023.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

01 1755661 - 1

#### EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 017/2021, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais, em 14/01/2021, Luciano Silva Marcolino, conforme PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 017/2021, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei Estadual nº 869/1952, CONVOCA E CITA, pelo prazo de 20 (vinte) dias, o servidor GERSON DE SOUZA ROSA - MaSP 1.221.011-8, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na sede do NUCAD, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, 4143, 3º andar do Edifício Minas, bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.630-900, nos dias úteis, das 08h00min às 17h00min, com prévio agendamento através do endereço de e-mail “nucad@gmail.com” no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da 4ª (quarta) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente ou por defensor, tomar conhecimento do respectivo Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para o fato que lhe é atribuído por, em tese, faltar ao trabalho habitualmente e ininterruptamente, sem justificativa plausível, a partir de abril/2018, supostamente, abandonando o cargo para o qual foi nomeado, conduta esta que, se comprovada, remete ao descumprimento do disposto no art. 216, incisos I e VI c/c art. 245, caput e parágrafo único e art. 246, inciso I, com incidência no art. 249, inciso II da Lei 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no art. 244, inciso I, III e V do referido Diploma Estatutário, sob pena de REVELIA e designação de defensor “ex-officio”.

Belo Horizonte, 01 de março de 2023

Luciano Silva Marcolino

Masp 1.078.013-8

Presidente de Comissão

01 1755524 - 1

## Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

### Expediente

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3209, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023

Revoga a Resolução Conjunta nº 2.455, de 13 de janeiro de 2017, que delega competência para a prática de atos relacionados à execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sisema e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, E O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no uso das atribuições que lhes conferem o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição Estadual, o inciso I do art. 10 do Decreto nº 47.760, de 20 de novembro de 2019, o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e o inciso I do art. 9º do Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e no Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019;

RESOLVEM:

Art. 1º – Revogar a Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.455, de 13 de janeiro de 2017.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

Marília Carvalho de Melo

Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Renato Teixeira Brandão

Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente

Cezar Augusto Fonseca e Cruz  
Diretor de Conservação e Recuperação de Ecossistemas designado para responder pela Diretoria Geral do Instituto Estadual de Florestas conforme publicação ocorrida no Diário Oficial do Governo de Minas Gerais de 18/02/2023

Marcelo da Fonseca

Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas

01 1755398 - 1

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IGAM/GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR Nº 3211, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023

Dispõe sobre a prática de atos relacionados à execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, E O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR E O COORDENADOR ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 9º, §1º, inciso III da Constituição do Estado de Minas Gerais, o art. 9º, inciso I, do Decreto 47.866, de 19 de fevereiro de 2020 e o art. 4º, inciso II, alíneas “a”, “b” e “d”, do Decreto nº 47.777, de 04 de dezembro de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, no Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019 e no Decreto nº 46.192, de 21 de março de 2013,

RESOLVEM:

Art. 1º – Para os fins desta Resolução, Ordenador de Despesa é o dirigente máximo do órgão ou entidade, investido do poder de realizar despesa, que compreende o ato de empenhar, liquidar, ordenar pagamento e movimentar recursos que lhe forem atribuídos, sendo permitida a delegação da competência, por meio de ato publicado no órgão oficial dos Poderes do Estado, observado o princípio de segregação de função.

Art. 2º – Fica delegada competência aos agentes públicos do Instituto Mineiro de Gestão das Águas e do Gabinete Militar do Governador, relacionados nesta resolução, para a prática dos atos de ordenação de despesas, na qualidade de Ordenadores de Despesas Adicionais em todas as suas fases, em curso na dotação orçamentária de classificação funcional e programática 1371.17.512.120.4321.0001, relacionados exclusivamente ao Convênio MMA/SRHU nº 7803/2012, SICONV nº 776516/2012 – Programa Água Doce Minas Gerais, firmado com o Ministério do Meio Ambiente e da respectiva unidade administrativa da Unidade Orçamentária 1371 – SEMAD:

I – José Ocimar de Andrade Júnior – Masp 147.478-2;

II – Renata Batista Ribeiro – Masp 1.314.226-0.

Art. 3º – Delegam-se ao titular do cargo de Subsecretário de Gestão Ambiental e Saneamento, observadas as competências e atribuições, as competências para, no âmbito do Convênio MMA/SRHU nº 7803/2012, SICONV nº 776516/2012 – Programa Água Doce Minas Gerais:

I – determinar a abertura de procedimentos licitatórios e de contratações;

II – adjudicar o objeto de licitação, sob sua responsabilidade;

III – homologar resultados de procedimentos licitatórios;

IV – revogar ou anular processos licitatórios;

V – assinar atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações;

VI – ratificar os atos de dispensa e de reconhecimento de situação de inexigibilidade de licitação e autorizar, quando for o caso, e após a manifestação da Assessoria Jurídica, o seu retardamento, nas hipóteses previstas na legislação aplicável a espécie;

VII – assinar contratos com entidades de direito público e privado, bem como os seus termos aditivos e seus respectivos distratos, rescisões, resilições e termos de apostilamentos;

VIII – assinar convênios e instrumentos congêneres e demais documentos necessários às execuções das despesas.



MINAS GERAIS

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foi alterada a Razão Social do empreendimento abaixo identificado:

1) Licença de Operação Corretiva: Onde se lê: Élio Rocha de Oliveira/ Fazenda São Vicente ou Santa Tereza. CPF: 119.952.\*\*\*-22. Leia-se: Nicolau Shiguetomi Aoyagui/Fazenda São Francisco CPF: 040.532.\*\*\*-22. PA/Nº 04013/2012/001/2014 - Validade: 06/02/2027. Buritis/MG.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

01 1755915 - 1

A Superintendência Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paranaíba, torna público que foram DEFERIDOS os requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das licenças ambientais abaixo identificadas: 1) Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS CADASTRO: \*Tomio Fukuda. - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Lagoa Formosa/MG, PA nº1971/2021, Classe 2, Validade: 30/04/2031; do responsável: Tomio Fukuda, CPF/CNPJ nº \*\*1.\*\*\*.\*\*\*9-53, para o novo titular: Elísio Carlos Rodrigues, CPF/CNPJ nº \*\*\*8.\*\*\*.\*\*\*6-36.

(a) Ildio Lopes Mundim Filho. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paranaíba.

01 1755724 - 1

A Superintendência Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público que foram DEFERIDOS os requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das licenças ambientais abaixo identificadas: 1) Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS CADASTRO: \*João Victor Silva Espósito/ M5 Alexandrita Auto Posto Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, - Iturama/MG, PA nº4450/2022, Classe 2, Validade: 22/12/2032; do responsável: João Victor Silva Espósito/ M5 Alexandrita Auto Posto Ltda., CPF/CNPJ nº \*\*\*6.\*\*\*.\*\*\*8-59, para o novo titular: M5 Alexandrita Auto Posto Ltda. / M5 Alexandrita Auto Posto Ltda., CPF/CNPJ nº 35.6\*\*.\*.\*\*\*1-09. \* Posto Cajuba EIRELI - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, - Uberlândia/MG, Protocolo nº 67725705/2019, Classe: 2, Validade: 02/07/2029; do responsável: Posto Cajuba EIRELI, CPF/CNPJ nº 21.6\*\*.\*.\*\*\*1-84, para o novo titular: Posto Nascimento Ltda., CPF/CNPJ nº 07.4\*\*.\*.\*\*\*1-24.

(a) Kamila Borges Alves

Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

01 1755716 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) torna públicas as DECISÕES deliberadas na 73ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris (CAP), realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: https://www.youtube.com/channel/UCuH1iAb462m8py3C1jsJl4w, no dia 01 de março de 2023, às 9h, a saber: 5. Exame da Ata da 72ª RO da CAP de 25/01/2023. RETIRADA DE PAUTA. 6. Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva: 6.1 Biocarbono Produção e Comércio de Carvão Ltda. - Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada; Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d’água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal; Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Buritizeiro/MG - PA/SLA/Nº 6580/2021 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. Aprovada a alteração da condicionante nº 02, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Executar o Programa de Monitoramento de Fauna para as classes mastofauna (pequeno, médio e grande porte e quiropterofauna), ictofauna, avifauna, herpetofauna, e entomofauna (Hymenoptera, Coleoptera, Diptera e Lepidoptera). Ressalta-se que deverá ser incluído métodos de monitoramento específicos para todas as espécies ameaçadas diagnosticadas no levantamento. O monitoramento deverá ser executado de acordo com todas as complementações solicitadas na emissão da AMF-Autorização de Monitoramento de Fauna emitida para Licença. Apresentar todos os dados dos estudos de monitoramento de fauna conforme estabelecido no Anexo X - Termo de referência para estruturação dos dados e metadados da biodiversidade - disponível no site do IEF. Os dados deverão ser apresentados junto com relatórios anuais e ao final da licença contendo todos dados concatenados. Obs.: Atualizar a lista de espécies ameaçadas com base na portaria MMA Nº 433 de 2014 e demais atualizações subsequentes. Prazo: Durante a vigência da licença com apresentação de relatórios anuais”. 6.2 Carlos Humberto Jacomini/Fazendas Terra Nova, Terra Nova II, Terra Nova III, Santa Maria e Santo Antônio - Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura - Bonfínópolis de Minas/MG - PA/SLA/Nº 2470/2022 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NOR. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS. 6.3 Grace Pay Shing Ong/Fazenda Boa Vereda - Mat. 40.313, 70.007 e 70.048 - Horticultura (fioricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes - Araguari/MG - PA/SLA/Nº 2843/2022 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 6.4 U.S.A. - Usina Santa Ângelo Ltda. - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; Horticultura (fioricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) - Conceição das Alagoas, Planura e Pirajuba/MG - PA/SLA/Nº 1645/2022 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 7. Processo Administrativo para exame de Renovação da Licença de Operação: 7.1 Sucoctício Cutrale Ltda./Fazenda Campo Alto - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Prata/MG - PA/Nº 04145/2004/002/2017 - SEI/Nº 1370.01.0023591/2022-18 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 08 (OITO) ANOS. 8. Processo Administrativo para exame de Exclusão de Condicionante da Licença de Operação Corretiva: 8.1 Dimasa S.A./Fazenda Uburana - Culturas anuais, excluindo a olericultura - Buritis/MG - PA/Nº 01685/2010/001/2016 - Classe 5. Apresentação: Supram NOR. DEFERIDO CONFORME PARECER.

Fernando Baliani da Silva  
Superintendente de Apoio à Regularização Ambiental e  
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris

01 1755897 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado: Espólio Tokumatu e Outros/Complexo Paraíso e Planalto - Matrículas 1.539, 1.597, 1.708, 2.382, 2.552, 2.553, 7.047, 8.555, 9.437, 15.768, 16.252, 16.259, 17.301, 25.566, 27.084, 28.624, 28.625, 30.122, 30.852, 31.328, 32.886, 37.155, 38.935, 42.173, 51.181, 54.902, 60.462, 60.463, 60.464, 60.465, 65.329, 65.372, 65.373, 65.748, 65.968, 67.075 e 67.076. – Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes e Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura. – Planura/MG – SLA Nº 2020.09.01.003.0003234. - Classe 4. - Vigência: 01 (um) anos, contados da data da assinatura: 01/03/2022.

01 1755697 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Zona da Mata torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

\*São Gonçalves Extração e Comércio de Granitos Ltda-EPP. - Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de avião. – Espera Feliz/MG – PA.SLA1831/2022 – Classe: 2. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data: 06/02/2023. TAC nº 60283945. Processo SEI nº 1370.01.0057131/2022-30.

Dorgival da Silva - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Zona da Mata.

01 1755450 - 1

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

A Câmara Normativa e Recursal, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CERH-MG torna públicas as DECISÕES deliberadas pela 13ª Reunião Extraordinária, realizada remotamente, via videoconferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: https://www.youtube.com/channel/UCuH1iAb462m8py3C1jsJl4w, às 14h, do dia 01 de março de 2023, a saber: 5. Exame das Atas da 10ª RO de 19/08/2022 APROVADA, da 11ª RO de 18/11/2022 APROVADA e da 12ª RO de 27/12/2022. APROVADA. 6. Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG para exame e deliberação: 6.1 Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa CERH-MG nº 69, de 09 de agosto de 2021 que estabeleceu normas gerais para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, considerando suas competências, funções, composição e estrutura - SEI/Nº 2240.01.0000250/2021-57. Apresentação: Igam/Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa - GECBH.PEDIDO DE VISTAS pelos conselheiros Henrique Damásio Soares representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Jadir Silva de Oliveira, representante do Sindicato das Indústrias do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig) e João Carlos de Melo, representante do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). 7.Proposta de agenda para as reuniões da Câmara Normativa e Recursal doCERH-MG, em 2023. Apresentação: Semad. APROVADA.

Renata Batista Ribeiro

Presidente Suplente da Câmara Normativa e Recursal - CNR, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CERH/MG

01 1755914 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Norte de Minas, no uso da competência delegada pela Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: \*Processo nº 27509/2014, Usuário: Elton Mendes de Souza, Janaúba, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601364/2023.\*Processo nº 19018/2014, Usuário: Benedito Gomes de Souza, Nova Porteirainha, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601372/2023.\*Processo nº 10129/2022, Usuário: Condomínio Portal da Serra, Montes Claros, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601375/2023.\*Processo nº 13220/2022, Usuário: Gelo ao Cubo Industria e Comercio Ltda, Montes Claros, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601376/2023. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGA Norte de Minas.Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Montes Claros, 01 de Março de 2023.

01 1755787 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Alto São Francisco, no uso da competência delegada pela Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: \*Processo nº 51769/2022, Usuário: Joaquim Olavo Lobato, Pitangui, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1201396/2023.\*Processo nº 04743/2023, Usuário: Vinícius Camargos Nogueira, Itaúna, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1201398/2023.\*Processo nº 58423/2022, Usuário: Osvaldo Diniz França, Pará de Minas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1201401/2023.\*Processo nº 55255/2022, Usuário: Irmãs Guimarães Industria e Comércio Ltda - EPP, Pará de Minas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1201405/2023.\*Processo nº 06973/2023, Usuário: Imobiliária e Construtora Duarte da Cunha, Perdigão, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1201410/2023.

Arquivamento

Arquiva-se o processo nº58293de22/11/2022.Requerente:Alessandra Brandão Cardoso. CPF/CNPJ:821.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*. Curso d’água: Córrego Roncador. Motivo: Por curso no prazo de informações complementares, conforme determina o §3º do Art. 24 do Decreto 47.705/2019. Município: Bom Despacho-MG.

Arquiva-se o processo nº64592de29/12/2022.Requerente:Charles Daniel França Salomão. CPF/CNPJ:876.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Por estar em desacordo com a Instrução de Serviço revisada 02/2020. Município: Pará de Minas- MG.

Arquiva-se o processo nº22233de19/02/2019.Requerente:Geraldo Ozanan Guerra. CPF/CNPJ:254.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Conforme a Instrução de Serviço revisada 02/2020 . Município: Capitólio- MG.

Arquiva-se o processo nº30481de 07/07/2022.Requerente:Elias De Barcelos Braga Me. CPF/CNPJ:25.293.333/0001-87. Curso d’água: Rio Lambari. Motivo: Pelo não atendimento ao pedido de informações complementares. Município: Leandro Ferreira- MG.

Arquiva-se o processo nº61483de 08/12/2022.Requerente:José Alcides Pimentel. CPF/CNPJ:274.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Pelo arquivamento do processo em conformidade com o §1º do art.54.A da Portaria IGAM 48 de 04 de outubro de 2019. Município: Bom Despacho-MG.

Arquiva-se o processo nº57596de17/11/2022.Requerente:Atos Cecílio Dos Santos. CPF/CNPJ:133.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Por inconsistência técnica. Município: Pompéu-MG.

Arquiva-se o processo nº50881de10/10/2022.Requerente:Leonardo Silva De Almeida. CPF/CNPJ:044.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*. Curso d’água: Córrego sem nome. Motivo: Por inconsistência técnica. Município: Pompéu- MG.

arquiva-se o processo nº50880de10/10/2022.Requerente:Leonardo Silva De Almeida. CPF/CNPJ:044.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*. Curso d’água: Córrego Olhos d’água. Motivo: Por inconsistência técnica. Município: Pompéu- MG.

Arquiva-se o processo nº60271de1/12/2022.Requerente:André Cordeiro Lacerda. CPF/CNPJ:068.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*. Curso d’água: Ribeirão, Cana Brava. Motivo: Por inconsistência técnica. Município: Pompéu- MG.

Arquiva-se o processo nº467136de21/09/2022.Requerente:Predial Jm Imobiliária E Participações S.A. CPF/CNPJ:09.316.401/0002-00. Curso d’água: Ribeirão Pedra Negra. Motivo: Por perda de objeto. Município: Igaratinga- MG.

Arquiva-se o processo nº25965de14/06/2022.Requerente:Rodrigo Márcio Da Silva. CPF/CNPJ:749.993.386-53. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Pelo não atendimento ao Ofício de Informações Complementares, n. 685/2022, de 15 de junho 2022. Município: Pará de Minas- MG.

Arquiva-se o processo nº4052de30/01/2023.Requerente:Auto Posto São Vicente Ltda. CPF/CNPJ:09.613.767/0001-60. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Por inconsistência técnica. Município: Nova Serrana- MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGA Alto São Francisco. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Divinópolis, 01 de março de 2023.

01 1755738 - 1

Os Coordenadores das Unidades Regionais de Gestão das Águas Urga’s, do Sul de Minas, Central Metropolitana, Noroeste de Minas e Triângulo Mineiro, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificações:

Retifica-se a portaria nº. 00054 publicada dia 13/01/2018. Onde se lê: Outorgado: Rede Dom Pedro de Postos Ltda. CNPJ: 20.415.295/0051-33. Leia-se: Outorgado: Rede HG Combustíveis Ltda. CNPJ: 13.569.064/0049-02. Município: Sabará - MG.

Retifica-se a portaria nº 03827 publicada dia 19/09/2018. Outorgado: Eire Enio de Freitas, CPF: 266.842.506-97. Onde se lê: Vazão autorizada (l/s): 61,0. Finalidade: Irrigação de uma área de 112 ha através do método de pivô central, com o tempo de captação de 12,00 horas/dia e 12 meses/ano e volumes máximos mensais de 81.691,20 m³ nos meses de janeiro, março, maio, julho, agosto, outubro e dezembro. 76.420,80 m³ no mês de fevereiro, 79.056,00 m³ nos meses de abril, junho, setembro e novembro. Leia-se: Vazão autorizada (l/s): 100,0. Finalidade: Irrigação de uma área de 175 ha através do método de pivô central, com o tempo de captação de 11,00 horas/dia, sendo 15 dias nos meses de dezembro a março e maio, 22 dias no mês de abril, 24 dias no mês de junho, 27 dias no mês de julho, 29 dias no mês de agosto, 28 dias no mês de setembro, 25 dias no mês de outubro e 16 dias no mês de novembro e volumes máximos mensais de 113.400,00 m³ nos meses de dezembro a março e maio, 166.320,00 m³ no mês de abril, 181.440,00 m³ no mês de junho, 204.120,00 m³ no mês de julho, 219.240,00 m³ no mês de agosto, 211.680,00 m³ no mês de setembro, 189.000,00 m³ no mês de outubro e 120.960,00 m³ no mês de novembro. Município: Prata - MG.

Cancelamentos:

Cancela-se a portaria nº. 00434 publicada dia 31/01/2018. Outorgado: Wagner Campos Palmeira, CPF: 14\* \*\*\*.\*\*\*.\*\*\*0. Curso d’água: Córrego do Papagaio. Motivo: O empreendedor solicita o cancelamento, pois a portaria foi publicada considerando 03 (três) barramentos. Conforme Nota Técnica nº 5/IGAM/GERUR/2020, que atualizou a redação do tópico 2.4.5 Barramentos em cascata, presente no “Manual Técnico e Administrativo de Outorga de direito de Uso de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais”, para cada barramento deverá ser formalizado um processo de outorga separadamente, de forma que, caso deferido o processo, este possuirá sua própria Portaria de Outorga autorizando sua intervenção. Vale ressaltar que foi solicitado como condicionante na Portaria de Outorga nº 00434/2018, a instalação de sistema de medição de vazão e horímetro, porém tal condicionante não é aplicável, já que a vazão autorizada é inferior a 10,0 l/s. Município: Paraguaçu - MG.

Cancela-se o ato publicado dia 24/01/2023 que cancelou a portaria de Outorga nº 1702690/2021. Outorgado: Josenil Antônio Carbone. CPF: 114.0\*\*.\*.\*\*\*.\*\*\*. Motivo: Considerando que o mencionado princípio de autotutela encontra-se previsto expressamente no art. 64, da Lei Estadual nº 14.184/2002. Município: Dom Bosco - MG. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia nas URGA’s, SUL DE MINAS, CENTRAL METROPOLITANA, NOROESTE DE MINAS, e TRIÂNGULO MINEIRO. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 01 de Março de 2023.

01 1755595 - 1

O Superintendente SUPRAM Noroeste de Minas no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 2º do Decreto Estadual nº. 47.383 de 02/03/2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

\*Processo nº 43330/2022, Usuário: Ricardo Gomide Vaz, Agropecuária Aliança de Catalão Ltda - ME, Facer - Fava Cereais Exportação e Importação Ltda., Agrofava Cereais Exportação e Importação Ltda, Luiz Fava Junior, José Fava Neto, Luiza Thereza Tiziane Fava, Paracatu, Deferido com condicionantes, Portaria nº 0701334/2023. \*Processo nº 60731/2022, Usuário: Inah Alvares da Silva Campos, Carolina Cordeiro Costa, Rogério Cordeiro da Costa, Inah Cordeiro Costa, Unai, Deferido com condicionantes, Portaria nº 0701339/2023. \*Processo nº 60730/2022, Usuário: Inah Alvares da Silva Campos, Carolina Cordeiro Costa, Rogério Cordeiro da Costa, Inah Cordeiro Costa, Unai, Deferido com condicionantes, Portaria nº 0701340/2023. \*Processo nº 56851/2022, Usuário: Espólio de João Ranulfo Pereira, Ricardo Caldas Pereira , João Pinheiro, Deferido com condicionantes, Portaria nº 0701379/2023. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na SUPRAM Noroeste de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Unai, 01 de Março de 2023.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 2º do Decreto Estadual nº. 47.383 de 02/03/2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Arquivamentos:

Arquiva-se o processo nº. 18579 de 02/05/2022. Requerentes: Giovanni Batista Paludo, Jose Antonio Peruzzo, Maria Garette Peruzzo De Lima, Angelo Peruzzo, Terezinha Peruzzo Paludo/Fazenda Nova Conquista I, II, III, IV. CPF: 256.35\*.\*.\*\*\*.\*\*\*, 524.50\*.\*.\*\*\*.\*\*\*, 603.13\*.\*.\*\*\*.\*\*\*, 127.79\*.\*.\*\*\*.\*\*\*, 603.39\*.\*.\*\*\*.\*\*\*. Curso d’água: Ribeirão Garapa. Motivo: devido a não apresentação de informações e/ou documentação complementares solicitadas. Município: Unai/MG.

O Processo Administrativo encontra-se disponível para consulta e cópia na SUPRAM Noroeste de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Unai, 01 de março de 2023.

01 1755451 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGA Triângulo Mineiro, no uso da competência delegada pela Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificações:

\*Retifica-se a portaria 1904864/2021 publicada no dia 18/06/2021. Outorgado: Mozart P. O. Neto, CPF: 068.\*\*\*.\*\*\*-43. Onde se lê: Condicionantes: -1. Comprovar instalação de sistema de medição de acordo com os Art. 16, 17, 18 ,19,20 e 21 da Portaria IGAM no 48 de 2019. OBS: O bombeamento/captação somente será permitido após a instalação dos dispositivos de monitoramento exigidos pela Portaria IGAM no 48 de 2019. PRAZO: Até 60 dias após a publicação da portaria de outorga. 2. Realizar leituras e registros dos volumes captados, diariamente, e do tempo de captação conforme estabelecido nos artigos Art. 25, 28, 29 e 30. PRAZO: Durante a vigência da portaria de outorga. 3. Apresentar manejo de irrigação adotado compatível com a vazão de 0,0507 m3/s (50,7l/s), dados da bomba de captação e novo projeto d irrigação, com ART do responsável técnico. PRAZO: Até 90 dias após a publicação da portaria de outorga. Leia-se: Condicionantes: -1. Comprovar instalação de sistema de medição de acordo com os Art. 16, 17, 18, 19, 20 e 21 da Portaria IGAM no 48 de 2019. OBS: O bombeamento/captação somente será permitido após a instalação dos dispositivos de monitoramento exigidos pela Portaria IGAM no 48 de 2019. PRAZO: Até 60 dias após a publicação da portaria de outorga. 2. Realizar leituras e registros dos volumes captados, diariamente, e do tempo de captação conforme estabelecido nos artigos Art. 25, 28, 29 e 30. PRAZO: Durante a vigência da portaria de outorga. Município: Santa Juliana. \*Retifica-se a portaria 1900499/2023 publicada no dia 03/02/2023. Outorgado: Mardem F. Chaves, CPF: 060.\*\*\*.\*\*\*-95. Onde se lê: Coordenadas Geográficas: Latitude: 18°38'05,77”S; Longitude: 46°29'57,21”W. Leia-se: Coordenadas Geográficas: Latitude: 18°49'16,00”S; Longitude: 48°28'10,5””W. Município: Uberlândia.

QUINTA-FEIRA, 02 DE MARÇO DE 2023 – 21

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGA Triângulo Mineiro. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br.Uberlândia, 01 de março de 2023.

01 1755596 - 1

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Secretária: Luisa Cardoso Barreto

Expediente

DIRETORIA CENTRAL DE GESTÃO DE DIREITOS DO SERVIDOR

Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicos

A Diretora da Diretoria Central de Gestão de Direitos do Servidor, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, tendo em vista o disposto no art. 38, inciso II, do Decreto nº 47.727, de 02 de outubro de 2019, faz saber aos interessados abaixo relacionados da decisão do estudo de seus processos de acumulação de cargos.

Decisão: acumulações lícitas, nos termos do artigo 37, inciso XVI, alíneas “a”, “b” e “c”; artigo 37 § 10; art. 38, inciso III, artigos 42 e 142; artigo 95, parágrafo único, inciso I; artigo 128, § 5º, inciso II, alínea “d”, todos da Constituição Federal de 1988, e artigo 17, §§ 1º e 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, comprovada a compatibilidade das cargas horárias.

-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO:

-SRE METROPOLITANA A:

ADRIANA PEREIRA XAVIER GOMES -Masp 1246890-6, PEB/PEB; VANIA MACHADO DE OLIVEIRA ALEXANDRE -Masp 0856844-6, PEB(EM AFAST.PREL.)/PROFESSOR(COLÉGIO TIRADENTES PMMG - APOSENTADO RPPS).

-SRE METROPOLITANA B:

ELIZANGELA PATRICIA DE SOUSA DUARTE -Masp 1131437-4, PEB/PROFESSOR(IBIRITÉ).

-SRE METROPOLITANA C:

VALERIA ARRUDA LANNA BADARO FERREIRA -Masp 1472615-2, PEB/PEB; LUIZA MARQUES DE CARVALHO -Masp 0836408-5, PEB/PEB.

-SRE DE ALMENARA:

KAILANE ROCHA SILVA -Masp 1519773-4, PEB/PEB; LUCY APARECIDA PEREIRA CABRAL -Masp 1390711-8, ATB(AUXILIAR DE SECRETARIA)/PEB; NILDA MARIA RODRIGUES PEREIRA -Masp 1128762-0, PEB/PROFESSOR NIVEL SUPERIOR(IEQUITINHONHA); LUCIANA PEREIRA CORDEIRO -Masp 1177838-8, ATB/PROFESSOR II(ALMENARA); LILIANE MAGALHAES LUIZ -Masp 1013957-4, ATB/PROFESSOR PI(ALMENARA).

-SRE DE ARACUAÍ:

KARMEN ALVES DE AGUILAR -Masp 1313309-5, PEB/PEB.

-SRE DE CARATINGA:

PAULO ASSIS PEREIRA NETO -Masp 1434747-0, PEB/PEB.

-SRE DE CONSELHEIRO LAFAIETE:

JUCILENE DA SILVA FERREIRA MARTINS -Masp 1515225-9, PEB/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA(CONGONHAS). -SRE DE CORONEL FABRICIANO:

CLAUDIANE APARECIDA DOS PASSOS -Masp 1335210-9, PEB/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL(SANTANA DO PARAÍSO).

-SRE DE CURVELO:

RITA FRANCISCA DA SILVA -Masp 1530536-0, PEB/PROFESSOR(CORINTO).